

30 OUT 1985

Plano Baker aprovado pelos grandes bancos

A. M. PIMENTA NEVES
Nosso correspondente

WASHINGTON — Os grandes bancos internacionais aprovaram em geral o "plano" do secretário do Tesouro dos Estados Unidos, James Baker, para criar novo ímpeto de crescimento nos países devedores através de reformas estruturais e aumento dos empréstimos, mas não se comprometeram a participar do plano até que conheçam melhor o que os governos e as instituições multilaterais pretendem fazer. Já a partir da próxima semana, o Instituto de Finança Internacional, uma organização que representa os bancos privados, começará a constituir grupos de trabalho para estudar como o plano poderia ser executado e se valeria a pena criar um fundo fiduciário para canalizar os empréstimos das pequenas instituições, que se encontram mais renitentes.

Numa entrevista à imprensa ontem, o diretor-gerente do Instituto de Finança Internacional, André de Lattre, disse que os representantes de 58 bancos de diversos países que participaram da reunião fechada de antemão, com funcionários do Tesouro dos EUA, da Junta da Reserva Federal, do FMI, do Banco Mundial, da IFC, e do BID, "receberam bem a idéia de um tratamento coordenado (do problema da dívida), juntamente com um esforço renovado dos países devedores e apoio dos governos dos países industrializados, e um papel ampliado das instituições financeiras internacionais, particularmente o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento".

O objetivo do encontro foi discutir a proposta apresentada pelo secretário do Tesouro dos Estados Unidos, James Baker, em Seul, durante a assembleia do FMI e do Banco Mundial, no sentido de que o Banco Mundial e o BID emprestem mais US\$ 9 bilhões e os bancos privados emprestem 20 bilhões líquidos aos 15 principais países devedores no curso dos próximos três anos. Esses países são Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Peru, Uruguai, Venezuela, Costa do Marfim, Marrocos, Nigéria, Iugoslávia e Filipinas. Caberia aos bancos privados menos de US\$ 7 bilhões e às instituições multilaterais, três bilhões por ano.

O diretor do instituto divulgou tabelas mostrando como os empréstimos líquidos dos bancos para o conjunto dos 15 devedores que precisam de assistência especial (12 outros devedores importantes estão fora do plano) encolheram nos últimos dois anos, tornando-se negativos em 1985. Em 1981 esses 15 países receberam um total de US\$ 48,5 bilhões dos bancos comerciais em novos empréstimos líquidos. Em 1982, esses empréstimos caíram para 32,4 bi-



Baker: ajuda a devedores

lhões; em 1983, para 11,1 bilhões; em 1984, para 9 bilhões, e, em 1985, para 2,3 bilhões (menos dois vírgula três bilhões). O valor de 1985 é estimado.

EXIGÊNCIAS

Da Lattre disse que os banqueiros desejam receber mais informação sobre o papel que as instituições multilaterais de desenvolvimento, como o Banco Mundial e o BID, representarão a partir de agora. Desejam também que os governos se envolvam mais na questão da dívida, especialmente no financiamento das exportações dos países em desenvolvimento e na supressão dos obstáculos legais à ampliação dos empréstimos dos bancos. "Bancos japoneses e de alguns países europeus não têm tratamento tributário tão generoso quanto os suíços. Nos Estados Unidos os regulamentos tornam-se mais restritivos no que diz respeito à formação de reservas para devedores duvidosos", disse um membro do instituto ontem.

No que diz respeito às instituições multilaterais, as conversas de antemão giraram em torno de como o Banco Mundial poderá acelerar seu programa de empréstimos para ajustamento estrutural e setorial e desembolsá-los mais rapidamente, como vem fazendo para alguns países do grupo (o Brasil foi particularmente beneficiado desde 1982 e esbarra agora no limite de empréstimos que o Banco Mundial pode fazer para cada país-membro).

O Fundo Monetário Internacional, disse de Lattre, continuaria exercendo um papel importante no processo como fornecedor de recursos de curto prazo para ajustamento de balanço de pagamentos e na orientação das políticas

econômicas a serem seguidas pelos países devedores que com ele tenham programas normais ou simplesmente acordo de supervisão ampliada. Há países que não precisam do FMI, explicou, e citou os casos do México, da Venezuela e da Colômbia. Para os demais, o Fundo continuaria exercendo papel central, disse. Na verdade de Lattre parece ter esquecido que o FMI continua negociando um novo acordo com o México e os dois outros países terão suas economias sob o regime de supervisão ampliada do FMI.

"SUPERBANCO"

De Lattre disse que a idéia do "superbanco", que seria criado para coordenar os empréstimos dos pequenos bancos privados que relutam em continuar participando dos empréstimos às nações devedoras, "é muito vaga". É melhor usar a expressão fundo fiduciário, disse De Lattre. Seus recursos seriam constituídos pelos pequenos bancos, segundo um dos esquemas cogitados, ainda em estado muito embrionário. Uma outra idéia seria utilizar a Agência Multilateral de Garantia de Investimentos, Miga, que está sendo formada pelo Banco Mundial, para garantir empréstimos.

De Lattre disse que a estratégia de se tratar cada país individualmente ainda permanece e que os comitês de assessoramento dos bancos continuarão exercendo papel central nesse processo. Entretanto, o instituto que dirige "quer ajudar a clarificar essas questões e conversar com os bancos fora dos Estados Unidos". A afirmação de De Lattre parece desautorar as especulações em torno do desaparecimento dos comitês de assessoramento dos bancos.

Já na próxima semana o instituto organizará grupos de trabalho que cuidarão de examinar o papel do Banco Mundial e do Banco Interamericano no apoio aos países devedores, a idéia de criação de um fundo fiduciário e das garantias de governos dos países ricos para o financiamento das importações e exportações dos devedores.

No dia 20 de novembro, De Lattre participará pessoalmente de um encontro do Clube de Paris, que trata da questão da dívida oficial no plano de governo a governo. No dia 25 de novembro haverá reunião do grupo de trabalho formado por entidades dos Estados Unidos, Europa e Japão, para estudar o problema dos regulamentos das atividades bancárias. Outro grupo cuidará do seguro dos empréstimos bancários. Nos dias 27 e 28 de janeiro, em Washington, o instituto realizará sua reunião ordinária, como estava programado. Nesse meio tempo, bancos europeus e japoneses estarão reunindo-se por conta própria e relatarão o resultado de seu trabalho ao instituto.